

CIDADES, FRONTEIRAS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA

Resenha do livro:

Cidades na Floresta

Edna Castro (Org.)

São Paulo: Annablume, 2009.

Silvio Lima Figueiredo

Graduado em Turismo e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA); doutor em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.
E-mail: slima@ufpa.br.

Nirvia Ravena

Cientista social e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA); doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA), Brasil.
E-mail: niravena@gmail.com.

A sociedade industrial é urbana, assim François Choay (1965) inicia sua antologia *L'urbanisme, utopies et réalités*. A relação entre as cidades e a industrialização é evidenciada e, de alguma forma, aparece em vários estudos clássicos para a compreensão moderna da cidade. A partir da ideia relacional e dialética entre industrialização e urbanização, vão aparecendo indagações sobre cidades não industrializadas e que, mesmo assim, imbuem-se do modelo de urbanização fordista-keynesiano-corbusiano – aqui, no sentido destacado por François Ascher (2004) em *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. A imagem formada então é de uma “cultura urbana”, um avatar que avança e encontra

as cidades mundiais (comércio, trabalho, comunicações, mobilidades, turismo). A modernidade e suas diversas formas e interpretações têm como elemento a vida urbana. As cidades no contexto da modernização e da modernidade se transformaram e, atualmente, são representantes do que podemos chamar de vida urbana, essa dimensão que faz parte indelével de nossa sociedade. Entretanto, de alguma forma, numa nova modernidade que se molda e desmolda, essa certeza parece que existe e não existe. Começa-se a observar a dimensão urbana como diversa, e essa diversidade é marcada principalmente pelo encontro do local com o processo de urbanização.

A diversidade urbana da Amazônia se expressa em sua territorialidade. É disso que o livro *Cidades na Floresta* trata. O livro apresenta a complexidade e a especificidade que marcam os territórios onde uma rede urbana específica se estabelece. Marcadamente complexa e diversa, a rede urbana na Amazônia está retratada em *Cidades na Floresta* de forma densa e detalhada, não deixando escapar as diversidades e complexidades que se expressam nos territórios amazônicos. O primeiro capítulo, de Edna Castro, trata das conexões lógicas que permitem identificar os efeitos da globalização e do mercado transnacional sobre os atores sociais e territórios-rede na Amazônia, demonstrando as cidades amazônicas como resultantes, também, da diversidade de segmentos sociais que intervêm no território. Do grande capital aos pequenos produtores rurais, o texto apresenta a dinâmica territorial criando novas estruturas urbanas resultantes do confronto entre modelos diversos de apropriação do território, do uso da terra e da acumulação de capital em áreas amazônicas. A autora desvela as estruturas que envolvem a condução da Iniciativa de Integração da Região Sul Americana (IIRSA) de forma arguta e reveladora, apontando esse arranjo institucional como um mecanismo eficiente para o atendimento de interesses externos que, ao utilizar a cooperação e integração como recurso discursivo, legitimam a transformação da região em um *corredor de exportação* de produtos agrícolas, florestais, minerais, de recursos hídricos e de energia.

Brasilmar Ferreira Nunes apresenta, no interior do *mainstream* que insere a dinâmica da urbanização no contexto da formação do capital, a especificidade

que marca a Amazônia nesse processo que ainda se encontra inconcluso na região. Partindo de Marx, passando por Weber, Simmel, Elias e chegando a Polanyi, o autor apresenta a Economia e a Sociologia imbrincadas em uma lógica assentada nos vínculos sociais que se constroem a partir de esferas mercantis e não mercantis presentes no território. A partir de Polanyi, Nunes caracteriza a complexidade das relações econômicas e sociais que se encontram em territórios amazônicos, pontuando a especificidade da região. A especificidade é marcada pelo processo de monetarização das relações sociais na área, que ocorre por meio de mecanismos desiguais e combinados, nos quais convivem processos sociais tradicionais e outros extremamente modernos. Assim, as Cidades na Floresta também desempenham um papel estruturante da lógica de acumulação do capital.

As metrópoles na Amazônia são apresentadas com o cuidado histórico que merecem e também no interior de sua importância geopolítica. José Aldemir de Oliveira e Tatiana Schor mostram uma Manaus resultante das contradições que marcam a construção da metrópole. Da apresentação da fortificação utilizada como estratégia de ocupação até meados do século VIII e da criação de vilas para a consolidação da conquista portuguesa; passando à análise da origem da Amazônia brasileira no início do século XIX, quando Manaus passa de povoamento à situação que oscila entre *povoado e vila*, até ser elevada à condição de cidade e se transformar em capital da Província; e, com precisão, analisando o crescimento da cidade no período da borracha, no final do século XIX, até a criação e implantação da Zona Franca na década de 1960 e suas transformações, culminando, no início do século XXI, com o Polo Industrial de Manaus (PIM). Os autores descrevem uma Manaus inconclusa na sua forma urbana, que deve ser descrita com densidade para expressar os modos de vida nela vivenciados e resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo da Metrópole Manaus.

Wille Bolle passeia por Belém tendo como guias Dalcídio Jurandir, alcunhado pelo autor de *insider* na Metrópole, a Belém metrópole, que pretendia, no

auge da economia da borracha, ser a “Paris n’América”; e Walter Benjamin, o fisiognomonista urbano. A especificidade histórica dessa cidade é pontuada com precisão por Bolle, que adentra, através dos personagens de Dalcídio Jurandir, as especificidades culturais da metrópole Belém. Dalcídio Jurandir é apresentado através de *Belém do Grão-Pará* (1960), que compõe, com mais nove romances, entre eles *Marajó* (1947), o *Ciclo do Extremo Norte* (1941-1978), seu legado de alcance local e regional. Willi Bolle se dispõe a enfrentar o desafio de expor os elementos constitutivos *locais e regionais* da obra de Dalcídio Jurandir enquanto recurso indispensável para um retrato fiel da cidade de Belém. Ao operar a tradução dos componentes da obra de Dalcídio Jurandir *para um código* de compreensão *mais geral*, através das categorias de Walter Benjamin, o autor acaba transcendendo a leitura da cidade de Belém pelo romancista local para uma compreensão plena dos leitores que não estão familiarizados com esse ambiente específico. Belém é apresentada a partir de uma descrição que propicia ao leitor uma transcendência temporal e espacial. A descrição da cidade permite que o leitor se veja atravessando ruas, praças e canais. Willi Bolle pontua Belém em seu pertencimento local e regional. Personagens dos romances de Dalcídio Jurandir associados a uma arguta aproximação da teoria Benjaminiana de legibilidade da cidade detalham a Belém metrópole.

O conceito de fronteira se encontra com o de urbanidade nos textos de Germán Palacio, Ricardo Nogueira, Juan Carlos Peña Márques e Kazuo Nakano. Essa dimensão tripla e múltipla, que marca o encontro da cidade, da floresta e da fronteira, é capitaneada no texto de Palacio pelo espectro da globalização, que, segundo o autor, apresenta-se muito fortemente em Leticia, cidade colombiana do chamado “Trapézio Amazônico”, na tríplice fronteira confluência do Brasil, Colômbia e Peru. Separada de Tabatinga (cidade amazonense) por uma rua apenas, Leticia é uma cidade de pouco mais de 40 mil habitantes (em dados ainda de 2003), fundada em 1867 na região originada das disputas entre os três países com limites solidificados apenas no século XX; por isso a região e suas cidades são marcadas por forte presença militar, para controle, até hoje. Leticia também foi base de estratégias para controlar e pressionar as guer-

rilhas para o interior da floresta. O controle territorial marcado pela presença dos militares se encontra com as trocas culturais e também conflituosas entre colombianos, brasileiros e peruanos, alguns de origem indígena, forte presença na tríplice fronteira. Para o autor, o movimento entre-fronteiras, a mobilidade nos rios, a presença militar, os índios (Tikunas), as potencialidades turísticas e os conflitos do tráfico de drogas dão à Leticia uma feição local e globalizada indicadora das relações e interações complexas entre urbano e rural, marcadas por especificidades Amazônicas.

O debate sobre fronteira e urbanidade continua com o estudo de Ricardo Nogueira sobre Tabatinga. A principal questão agora é entender uma segunda relação, a de fronteira política e de fronteira de “desenvolvimento”. Para o autor, a cidade não pode ser olhada unicamente como forma, produto apenas da estrutura, e mesmo que questões mais gerais que pautam as análises sobre o processo de urbanização e as cidades sejam mais ou menos presentes – como a organização funcional das cidades, as relações entre rural e urbano, cidade e campo, polarização e atrações, problemas e conflitos urbanos, segregação espacial, pressão imobiliária e grande capital, políticas públicas, movimentos sociais, etc. –, é preciso dar conta do conteúdo das cidades, pois é sua diversidade (conteúdo diverso) que cria processos e dá movimento e vida às mesmas. As características da diversidade de Tabatinga, dessa vez, expressam-se nesse conteúdo e na diversidade de redes que a cidade participa ou sua exclusão de outras, além de sua condição locacional e fronteira, e tudo isso é analisado por meio do conceito de território, que, segundo Nogueira, consegue dar conta dessa complexidade. A circulação e a mobilidade fazem parte dessa complexidade, já que Tabatinga é uma das muitas cidades da Amazônia baseadas no transporte fluvial, dependentes da condição ribeirinha, sendo esse um dos quatro tipos de cidade da Região (juntamente com cidades localizadas ao longo de rodovias, as ribeirinhas atingidas por rodovias e as que surgiram dos grandes projetos minerais e hidroelétricos – *company town*). Assim, o autor destaca em sua análise alguns lugares-chaves na compreensão dos processos socioespaciais de Tabatinga (o porto, o mercado, a Av. da Amizade, a igreja e os pontos de venda de drogas), observando a construção de uma

cotidianidade que reconstrói a ideia de urbanização.

Em “Mitú-Valpés: história e memória da origem de uma pequena cidade amazônica na Colômbia”, Juan Carlos Peña Márquez apresenta mais uma cidade amazônica, suas contradições, determinações e características. A cidade de Mutú, capital do Departamento de Vaupés no oeste de Colômbia, fronteira com o Brasil, é exemplo da relação entre a dimensão urbana e as relações ético-rurais. Segundo o autor, os indígenas da Região têm papel importante na consolidação do “tempo urbano”, de forma que, mesmo que o urbano promova transformações nos povos indígenas, elas vêm acompanhadas do que chama de “domesticação” do espaço urbano pelos mesmos indígenas; nesse movimento, criam-se novas identidades culturais e sociais e novas estratégias de sustentabilidade ambiental, social e cultural. Mitú nasceu aldeia dos índios Cubeo, território que no século XIX teve seu primeiro contato com a cultura ocidental e passou a ser entreposto importante no comércio da borracha. As missões ali instaladas também tiveram grande atuação, aldeando os povos indígenas, base para grande parte dos primeiros centros povoados da Amazônia colombiana. A escravidão, o aldeamento e a evangelização fizeram os indígenas se reorganizarem, reacomodando suas estruturas sociais; e a relação com os colonos que chegaram à fronteira, ocasionando muitos conflitos, produziu uma cidade/sociedade mestiça, com colonos indializados ou amazonizados formando famílias mestiças. Os conflitos entre índios e colonos são posteriormente resignificados pelos filhos mestiços, com transformações de igual forma no sentido de pertencimento dos habitantes de Mitú. A indigenização dos processos de relação com o capital externo passaram pela extração da borracha, madeira e, atualmente, pelo cultivo da coca. Os relatos dos indígenas, imigrantes, colonos, populações negras do pacífico colombiano e comerciantes servem de base para Peña Márquez construir um estudo importante do movimento – mediado pela e na cidade – de desestruturação dos povos indígenas de Mitú para uma posterior reconstrução de sua territorialidade e identidade, em que se “civilizam” para depois “indigenizar” a cidade, reconfigurando Mitú e o próprio sentido do urbano.

Próximo à Colômbia e à Venezuela, São Gabriel da Cachoeira é um município fronteiriço do noroeste do estado do Amazonas, cujo processo de formação e desenvolvimento é apresentado no texto de Kazuo Nakano. O autor apresenta inicialmente as taxas de urbanização nos estados da Amazônia Legal, a partir das quais é possível observar o franco crescimento da urbanização na região, mesmo que esses índices mostrem uma inequívoca desaceleração. Apesar disso, existe uma certa difusão de valores urbanos no seio da população rural, principalmente em função de redes de comunicação e de trabalho. O recorte apresentado por Nakano diz respeito às experiências que esse município teve nas relações e produção de territorialidades vindouras da experiência de planejamento e gestão territorial participativa. O conceito de territorialidade é usado expressando o encontro das territorialidades instituídas juridicamente, de territorialidades produzidas nos usos, significados e representações culturais dos lugares, principalmente pelas principais etnias indígenas que vivem no município. Indica, portanto, relações de poder dinâmicas, com ações de domínio, controle e submissão e de resistências a isso. Dessa forma, poder e contrapoder estão no cerne da produção de territorialidades (governamentais, familiares, grupais, étnicas). Para isso, o autor lança mão das teorias de Thomas Hobbes e Michel Foucault (a partir de Andreas Novy em *A des-ordem da periferia*) para dar forma às análises do “espaço de poder” e do “poder sobre o espaço”. São Gabriel da Cachoeira, com mais de 29 mil habitantes, enquadra-se na condição de cidade média e passou, no momento da pesquisa evidenciada no texto, por processo de instalação de Plano Diretor com destaque para a investigação das múltiplas territorialidades provindas de algumas situações características do município: a localização fronteiriça; a localização ribeirinha no Alto Rio Negro; e a presença de diversas etnias indígenas. A cidade de São Gabriel da Cachoeira faz parte, portanto, de um rol de cidades amazônicas onde se encontram ações governamentais (segurança nacional, ambiente), valores provenientes das práticas culturais e simbólicas dos seus moradores e relações complexas entre rural e urbano. Os bairros da cidade são informadores dessa relação e estão configurados mediante as

relações de poder e contrapoder entre esses aspectos, mostrando inclusive uma interpenetração produtora de multiterritorialidades.

Em “Vilas e cidades e a Usina Hidrelétrica Tucuruí”, Gilberto Miranda Rocha apresenta a especificidade da Cidade que sucumbe e emerge na Floresta. Essa dinâmica não está associada à questão ambiental propriamente dita ou à lógica regional e local de formação do território. Tucuruí existe como resultante da abrangência espacial dos impactos que grandes projetos promovem em vilas e cidades, assim como em todo o sistema urbano e nas redes que estruturavam a vida regional. De forma crítica, o autor apresenta como estruturas logísticas regionais adaptadas ao extrativismo foram abruptamente subsumidas ao que o autor denominou de Grandes Projetos de Investimento. O reservatório, assim, desarticula a integração regional no Pará, que era realizada através de um sistema flúvio-ferroviário que utilizava um conjunto de embarcações constituído pelos pentas, barcos a motor de popa, batelões, barcos a remo e navios gaiolas que obedeciam o trajeto desde os locais da extração até Belém, passando por Marabá e Tucuruí. Mesmo com as características ímpares que marcam a topografia do Tocantins, que em alguns trechos apresenta cachoeiras, estas se constituíram no desafio que proporcionou a complementaridade modal entre ferrovias e hidrovias no Tocantins. Rocha descreve a especificidade que marcou a conversão desse território, marcada pela violência. A densidade das descrições de paisagens e fluxos econômicos que ocorriam em espaços que não existem mais – em função da submersão de cidades, ferrovias, portos e de toda uma infraestrutura que espacializou territorial e historicamente a vivência de grupos sociais negligenciados pelo Estado – apresenta também a cidade planejada e discriminatória presente nas vilas permanentes destinadas aos trabalhadores que atualmente se encontram na Eletronorte. O autor revela um processo de mudança e apropriação do território que corresponde a uma especificidade da região. A disponibilidade hídrica da Amazônia ainda se constitui em um problema que é revelado na rede urbana da região. A contradição do federalismo brasileiro, associada ao regime autoritário, permitiu que a União se apoderasse de áreas para

grandes projetos hidrelétricos, desorganizando as trajetórias de autonomia dos habitantes desse território na bacia do Tocantins. Essa desorganização deixou marcas que Gilberto Rocha (2009, p. 306) assim apresenta: “uma nova rede urbana compõe a estrutura espacial, no passado sob os auspícios da Estrada de Ferro Tocantins, hoje sob o comando de processos ligados a produção de energia elétrica e atividades agropecuárias”.

Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima e Gisele Joicy da Silva Guimarães tratam do impacto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí à jusante. A cidade de Cametá é descrita como um exemplo da desestruturação urbana que se apresenta em territórios onde os impactos são percebidos mais tardiamente e, principalmente, na sua lógica socioeconômica. A cidade se constitui num exemplo de ocupação ribeirinha com um papel estratégico do ponto de vista do deslocamento no território, compreendido pelo que é denominado baixo Tocantins. Também é descrita como historicamente dotada de infraestrutura e capital intelectual que a credenciou no período da Cabanagem como núcleo de resistência. Cametá é apresentada como entreposto comercial regional e sub-regional e cidade dotada de uma posição de liderança regional. Os autores apresentam sua estrutura urbana como específica, uma vez que, em torno da sede do município, uma miríade de vilas e ilhas se organiza mantendo uma identidade ribeirinha de ocupação do território. Essa diferenciação das demais redes urbanas que ocorrem nos outros estados do Brasil é uma das especificidades das Cidades na Floresta. Os autores apontam a mudança como fruto da opção das elites políticas em não fixar a rede urbana específica que ocorre em Cametá. A consequência é o crescimento urbano ao longo das estradas e não mais ao longo dos rios.

Santarém é a principal cidade do Oeste do Pará, e o texto de José Carlos Matos Pereira a apresenta com um papel diferenciado na rede urbana regional, na mesorregião do Baixo Amazonas. De entreposto comercial, sede de instituições militares e religiosas e com papel político importante, Santarém é hoje o município mais populoso da região e o terceiro mais populoso do Pará. Santarém é também uma cidade na qual é possível identificar as mudanças origi-

nadas da chegada de frentes de migração relacionadas à intensificação da cultura da soja e à chegada de empresários mato-grossenses, paranaenses, catarinenses e gaúchos, adquirindo terras e empurrando as famílias agrícolas para outros municípios ou para as periferias da cidade. Dessa forma, Santarém vem apresentando uma ocupação desordenada, com especulação imobiliária e caracterização de alguns bairros como recebedores dos grupos ligados à soja, enquanto a população mais pobre ocupa áreas periféricas ao longo de rodovias ou rios, sem saneamento e com transporte precário. Algumas pequenas propriedades da periferia mantêm a agricultura familiar, sendo importante para criar um movimento de resistência e suscitando a auto-organização. A forma da cidade demonstra dois campos opostos, de um lado agricultores familiares, movimentos urbanos, mulheres, quilombolas, indígenas, sindicatos, comunidades eclesiais e Organizações Não Governamentais ligadas ao movimento ambiental; e, de outro, empresários ligados ao grande capital e empresas multinacionais articuladas com os poderes públicos. De acordo com o autor, o quadro apresentado é o de injustiça ambiental e é necessário fazer frente aos problemas de desmatamento relacionados à expansão da produção de soja, além de apresentar alternativas para as populações pobres da periferia de Santarém, que vêm crescendo ao longo dos anos.

A coleção de textos que produz o livro *Cidades na Floresta*, organizado por Edna Castro, evidencia indiscutivelmente algumas ideias trazidas pela organizadora no seu texto que abre a coletânea. Sabidamente, alerta para a necessidade de mediação de teorias clássicas sobre o urbano na relação com a realidade amazônica. Manaus, Belém, Leticia, Tabatinga, Mitú, São Gabriel da Cachoeira, Tucuruí, Cametá, Santarém e outras, tantas outras, são testemunhos de uma Amazônia que se transforma e se reconfigura a cada momento, quer pela ação do capital na exploração dos recursos naturais e na sua tentativa de reorganizar os espaços e culturas (nem sempre conseguindo), quer pelas ações e políticas públicas desejosas do desenvolvimento da região ou de uso de seus recursos, quer ainda pela dinâmica de suas populações que aderem, resistem ou ignoram lógicas exógenas e constroem cotidianamente sua própria territorialidade. Na obra podemos perceber

a importância da territorialidade como conceito para compreensão dessas dinâmicas híbridas e multidimensionais. De tal forma se faz presente a relação rural-urbano como complexidade. Também faz parte dos textos a demonstração das particularidades e diversidades da Região Amazônica, contribuindo finalmente para a compreensão do fenômeno urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, F. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Aube, 2004.
 CHOAY, F. *L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie*. Paris: Editions du Seuil, 1965.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: AGENTES E PROCESSOS, ESCALAS E DESAFIOS

Ana Fani Alessandri Carlos,
 Marcelo Lopes de Souza
 e Maria Encarnação Beltrão Sposito (Org.)
 São Paulo: Contexto, 2013.

Dirceu Piccinato Junior

Arquiteto e urbanista pelo Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML); mestre e doutorando em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Brasil.
 E-mail: piccinato.jr@gmail.com

Organizado pelos Geógrafos Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Sposito, o livro *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* é resultado de reflexões de um conjunto de pesquisadores que vêm se dedicando ao debate sobre o fenômeno urbano brasileiro. Tanto os organizadores da obra como outros geógrafos da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universida-

de Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual Paulista (UNESP - Presidente Prudente) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) compõem o Grupo de Estudos Urbanos (GEU), formado durante os encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). Os pesquisadores deste grupo buscam na Geografia o debate e a compreensão da realidade brasileira, a partir de questões do urbanismo contemporâneo.

É uma obra que procura construir um exercício reflexivo por meio de uma Geografia Urbana, todavia, as discussões articuladas no livro podem ser inseridas e trabalhadas no campo da História Urbana, da Gestão Urbana, da Requalificação Urbana, da Sociologia Urbana, ou seja, nos mais diversos campos que têm como recorte de estudo o espaço urbano. Hoje esse espaço é flexível, permeável e carece de análises e discussões consideráveis sobre sua dimensão, espacialidade e relações.

O que torna o livro apreciável é que ele prima pelo rigor teórico-metodológico, fazendo com que sua leitura seja lenta, cuidadosa e ruminativa. O pensar e o refletir devem ser “digeridos em camadas”. A notoriedade desta obra só foi possível em razão dos *workshops* promovidos pelo GEU; nesses encontros, os pesquisadores debatiam os textos de cada autor, propiciando um longo processo de amadurecimento coletivo a partir de distintos pontos de vista. Atualmente, o meio acadêmico vem sofrendo com a intolerância à “lentidão” da produção do conhecimento. O que se observa é um “*fast food* acadêmico” estimulado a partir dos números estabelecidos pelas agências de fomento à pesquisa e que devem ser alcançados pelos pesquisadores. São sinais da superficialidade de nossa sociedade de consumo, em que o tempo lento do devir filosófico vem sendo gradativamente substituído por informações relativas e imediatistas. É nessa contracorrente que se destaca a obra, por recusar o pragmatismo acadêmico e demonstrar ao leitor o elevado grau teórico da produção do conhecimento sobre o espaço urbano.

A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios é composto por onze capítulos, ou olhares, sobre a mesma temática, embora os recortes analíticos sejam diversos, assim como as perspectivas teórico-conceituais abordadas pelos autores são multidisciplinares.